CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (29/10/2026 A 05/11/2026)

MINERAÇÃO

• **ANM abre consulta pública sobre novas regras para o fechamento de minas**

Proposta prevê exigências proporcionais à complexidade de cada empreendimento e o aprimoramento do planejamento financeiro do encerramento das atividades

A ANM abriu, em 30 de outubro, a Consulta Pública nº 04/2026 para receber contribuições sobre a proposta de novas regras para o fechamento de minas. A iniciativa busca simplificar os procedimentos conforme a complexidade de cada empreendimento e aprimorar o planejamento financeiro das medidas previstas para o encerramento das atividades. As contribuições podem ser enviadas pela plataforma Brasil Participativo até 29 de dezembro de 2026, e podem participar o setor mineral, as comunidades afetadas, os municípios do entorno, a academia e os demais interessados.

Entre os pontos da proposta estão o aprimoramento da previsão orçamentária para executar o Plano de Fechamento de Mina, com estimativas de custos e cronogramas financeiros mais detalhados, e a adoção de exigências proporcionais à realidade de cada empreendimento, de modo que minas de menor complexidade poderão apresentar planos simplificados e projetos mais complexos deverão cumprir critérios mais detalhados, sempre com critérios objetivos de sucesso. Ainda, a minuta prevê etapas distintas para a apresentação do plano, com um componente preliminar nas fases iniciais e o plano completo submetido à aprovação da ANM após a concessão do título.
Fonte: Link

• **Governo marca para quinta-feira a primeira reunião do conselho de minerais críticos**

Encontro no Palácio do Planalto deverá tratar da definição da lista de minerais críticos e das diretrizes do plano nacional de industrialização

O governo federal marcou para quinta-feira, 5 de novembro, a primeira reunião do Conselho Nacional para Industrialização de Minerais Críticos e Estratégicos (CIMCE), criado em setembro para coordenar a nova política mineral brasileira. O encontro, realizado no Palácio do Planalto, marca o início oficial dos trabalhos do colegiado, responsável por formular diretrizes para a exploração, o beneficiamento e a industrialização de minerais considerados essenciais para a economia e a segurança nacional.

Criado pela Lei nº 15.506, sancionada em 16 de setembro, o conselho poderá definir projetos prioritários, estabelecer diretrizes para incentivos financeiros e tributários e analisar determinadas operações empresariais envolvendo ativos minerais estratégicos, incluindo a homologação de mudanças de controle societário, transferências de direitos minerários e contratos internacionais de fornecimento. O mecanismo de triagem, que ainda depende de regulamentação, permitirá ao governo aprovar operações, estabelecer condições ou negar a homologação, funcionando como

uma espécie de poder de veto. Por fim, o CIMCE será presidido pela Casa Civil, com a participação de ministérios como Minas e Energia, Desenvolvimento, Fazenda, Relações Exteriores e Defesa, e já tem Carlos Leonardo Teófilo Durans como secretário-executivo.
Fonte: Link

• **Ministro do MDIC classifica a agenda de minerais críticos como prioridade absoluta do governo**

Em seminário na Câmara, Márcio Elias defende a agregação de valor à produção mineral e o papel do conselho na triagem de investimentos

O ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) afirmou que a regulamentação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos é prioridade absoluta do governo, durante a abertura de seminário realizado pela Câmara dos Deputados. Ainda, ele adiantou que o conselho interministerial se reuniria nas semanas seguintes para encaminhar as discussões sobre a lista de minerais atendidos pela política, as diretrizes do plano nacional de industrialização e as regras de triagem de investimentos prioritários. Segundo o ministro, o ponto central da política é a agregação de valor à produção nacional, para que o país avance além da simples atividade mineradora.

Neste sentido, o ministro defendeu o papel do conselho na triagem de investimentos em minerais, afirmando que a medida deve funcionar como porta de entrada, e não como barreira, e que não afastará investimentos estrangeiros. Contudo, a proposta tem provocado preocupações do setor privado quanto à segurança jurídica e ao risco de aumento da burocracia, e o ministro ressaltou que as futuras regras deverão considerar fatores como riscos geopolíticos, dependência externa e importância estratégica de cada mineral. Por fim, ele citou o interesse internacional por insumos como terras raras, grafita e lítio e lembrou que a regulamentação da triagem ficará para uma segunda etapa, após o estabelecimento das diretrizes gerais da política.
Fonte: Link

• **ANM passará a cruzar automaticamente as notas fiscais das mineradoras com as declarações de CFEM**

Fiscalização automática, atendendo a pleito antigo dos municípios mineradores, substituirá a conferência manual baseada na autodeclaração das empresas

A ANM passará a conferir a integridade da distribuição da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) por meio do cruzamento automático das informações das notas fiscais emitidas pelas mineradoras, iniciativa que representa um avanço em relação à fiscalização hoje baseada apenas na autodeclaração das empresas. Neste cenário, a checagem comparará as notas fiscais, mantidas nas bases das secretarias estaduais de Fazenda, com a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF-CFEM), memória de cálculo do tributo encaminhada pelas empresas à Agência.

O cruzamento será viabilizado porque, desde julho de 2024, as companhias precisam incluir a ANM entre as entidades autorizadas a acessar as notas das vendas

de minério. Assim, a análise será retroativa, a partir dos dados de janeiro de 2025, e gradativa, começando pela notificação das empresas que não entregaram as declarações nem autorizaram o acesso às notas, seguida das que declararam mas não pagaram a CFEM e, por fim, das contestações quanto a eventuais divergências. Constatada diferença entre a declaração e as notas, a mineradora deverá corrigir e pagar ou apresentar explicações, sob pena de fiscalização e cobrança com acréscimos e multas.
Fonte: Link

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **PDE 2036 projeta crescimento de 10% na capacidade nacional de refino até o fim da década**

Caderno de Refino e Infraestrutura de Abastecimento do MME e da EPE prevê o aumento das exportações de petróleo e a redução da dependência externa de alguns derivados

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) publicaram o Caderno de Refino e Infraestrutura de Abastecimento do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2036, que projeta aumento de cerca de 10% na capacidade nacional de refino entre 2026 e 2036, com a passagem de aproximadamente 2,3 milhões para 2,5 milhões de barris por dia. A expansão será impulsionada por investimentos como o segundo trem da Refinaria Abreu e Lima, a integração operacional do Complexo Boaventura e a modernização de unidades existentes, enquanto a produção nacional de petróleo deverá alcançar cerca de 4,9 milhões de barris por dia em 2036, com mais da metade destinada à exportação.

Apesar da expansão, o estudo projeta que o Brasil manterá a condição de importador líquido de derivados ao longo do horizonte decenal, com a demanda de óleo diesel A crescendo 19% entre 2026 e 2036, ante um aumento de 13% da produção doméstica. Ainda, as projeções indicam a redução da dependência externa de nafta, querosene de aviação e gás liquefeito de petróleo, além da possibilidade de autossuficiência em gasolina no médio prazo. Por fim, o caderno também aponta desafios logísticos em oleodutos que podem se aproximar dos limites de capacidade até 2023. A Consulta Pública do PDE 2036 estará aberta até 6 de novembro.
Fonte: Link

- **ANP leva ao Cade onze processos por elevação abusiva de preços de combustíveis**

Encaminhamento alcança dez distribuidoras condenadas em primeira instância, com penalidades que somam mais de R$ 700 milhões

A Diretoria da ANP aprovou, em 29 de outubro, o encaminhamento ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de 11 processos administrativos sancionadores instaurados contra dez distribuidoras de combustíveis por elevação abusiva de preços, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2013 firmado entre a Agência e o Cade. As distribuidoras condenadas em primeira instância respondem, em conjunto, por mais de 45% do volume total movimentado no mercado nacional de distribuição em 2026, e as penalidades aplicadas somam mais de

R$ 700 milhões, tendo sido identificados aumentos imotivados de até 4.000% na margem entre o custo de aquisição e o valor de venda.

Dessa forma, o encaminhamento permitirá ao Cade avaliar a eventual existência de condutas anticoncorrenciais, sem que isso signifique que a ANP tenha constatado infrações à ordem econômica, de responsabilidade do órgão de defesa da concorrência. A competência da Agência para fiscalizar preços abusivos foi estabelecida pelas Medidas Provisórias nº 1.340/2026 e nº 1.349/2026 e pela Resolução ANP nº 1.004/2026, mas, com a perda de vigência das medidas, a ANP deixou de poder autuar agentes especificamente pela prática, e os casos remanescentes serão encaminhados à Senacon e aos Procons parceiros. Contudo, a Agência ainda permanece responsável pela fiscalização das demais obrigações regulatórias do mercado de combustíveis.

Fonte: Link

• Consumo de gás natural no país avança 15,36% no primeiro semestre impulsionado pela geração elétrica

Levantamento da Abegás aponta que a demanda das térmicas cresceu 49% e consolidou o avanço do mercado livre de gás

O volume total de gás natural movimentado no Brasil alcançou a média de 57,5 milhões de metros cúbicos por dia no primeiro semestre de 2026, avanço de 15,36% em relação aos 49,9 milhões registrados no mesmo intervalo de 2025, segundo levantamento da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). Neste contexto, o principal responsável pelo crescimento foi o segmento de geração elétrica, cujo consumo avançou 49%, passando de 11,4 milhões para 17 milhões de metros cúbicos por dia, enquanto a indústria, maior parcela da demanda nacional, manteve a expansão, com alta de 4,5%.

Além disso, a migração de grandes consumidores para o mercado livre também ganhou força, com o volume total nesse ambiente alcançando 34,6 milhões de metros cúbicos por dia em junho de 2026, ante 25,3 milhões no mesmo mês de 2025. Para o diretor executivo da Abegás, Marcelo Mendonça, a alta na demanda elétrica evidencia a relevância do gás natural para a segurança energética e reforça a necessidade de ampliar a oferta, concluir a revisão tarifária do transporte sem duplicidade de cobrança e dar transparência aos contratos do mercado livre, com a atribuição do acompanhamento da precificação a uma câmara de comercialização como a CCEE.

Fonte: Link

ENERGIA ELÉTRICA

• Leilão de transmissão nº 04/2026 viabiliza R$ 8,9 bilhões em investimentos para sete estados

Último certame do ano contrata 1.866 quilômetros de novas linhas de transmissão

O Leilão de Transmissão nº 04/2026, realizado em 30 de outubro na sede da B3, em São Paulo, ofertou oito lotes de empreendimentos novos e seccionamentos, com investimento superior a R$ 8,9 bilhões distribuídos em sete estados, a saber,

Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo. O certame registrou deságio médio de 50,1% em relação à Receita Anual Permitida, somou 1.866 quilômetros de linhas de transmissão e deverá gerar cerca de 20,3 mil empregos, integrando o ciclo de expansão da transmissão que mobilizou investimentos estimados em R$ 69,64 bilhões entre 2023 e 2026.

Entre os destaques do Leilão está o Lote 4, com o maior volume de investimentos do certame, de R$ 4,11 bilhões, voltado à construção de 1.167 quilômetros de novas linhas e à elevação do nível de tensão a 500 kV na Rede Básica do Mato Grosso do Sul, ampliando o escoamento da energia renovável produzida no estado. Também se destacou o Lote 3, que prevê a nova Subestação Santana, em Mogi das Cruzes, com investimento de R$ 1,83 bilhão e reforço do suprimento à Região Metropolitana de São Paulo, acompanhando o crescimento da demanda, inclusive de data centers.
Fonte: Link

• **ANEEL discute cortes de até 100% da geração distribuída em projeto experimental do ONS**

Área técnica propõe ampliar o projeto para 24 meses e abrir consulta pública sobre o Mecanismo de Acionamento Intermediado em cinco distribuidoras

A área técnica da ANEEL propôs ampliar de 12 para 24 meses a duração do projeto experimental do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para controlar a operação de sistemas de micro e minigeração distribuída por meio de cinco distribuidoras: Cemig-D, da Copel Distribuição, da CPFL Paulista, da Energisa Mato Grosso e Neoenergia Elektro. Neste contexto, a proposta estabelece critérios para a seleção dos geradores que poderão ter a produção reduzida ou interrompida, inclusive com cortes de até 100% em caráter excepcional, e recomenda a abertura de uma consulta pública de 45 dias, ainda sujeita à aprovação da diretoria.

Além disso, o Mecanismo de Acionamento Intermediado permitirá que o ONS encaminhe comandos às distribuidoras para reduzir a geração conectada às suas redes, tanto na programação quanto em tempo real, cabendo às concessionárias selecionar os recursos a serem acionados segundo critérios objetivos, técnicos e não discriminatórios. Ainda, a proposta mantém a ausência de remuneração específica aos participantes e cita parecer da Procuradoria Federal junto à ANEEL que reconhece a possibilidade jurídica de cortes físicos da micro e minigeração distribuída, inclusive em situações não emergenciais. Tal possibilidade se dará desde que os cortes sejam fundamentados em critérios técnicos e operacionais, uma vez que a restrição ocorre antes da formação dos créditos no Sistema de Compensação de Energia Elétrica.
Fonte: Link

• **Fernanda de Paula defende adiar o leilão de baterias de dezembro diante da possível mudança no rateio de custos**

Fernanda de Paula sustenta que realizar a licitação sem conhecer todos os custos é uma irresponsabilidade regulatória e propõe diálogo transinstitucional

A sócia do escritório Fernanda De Paula Advocacia e Consultoria Jurídica, Fernanda De Paula, afirmou que realizar o leilão de sistemas de armazenamento de

energia em dezembro, em meio à discussão no Congresso sobre o rateio dos custos de contratação das baterias, é uma irresponsabilidade regulatória. Em entrevista ao estúdio eixos, durante a EVEx Lisboa 2026, a advogada defendeu que a ANEEL suspenda o cronograma da licitação por 45 dias para um diálogo transinstitucional, diante das perspectivas de mudança nas regras, ponderando que não se deve realizar o certame sem conhecer todos os preços e custos envolvidos.

A manifestação faz referência à aprovação, na Câmara dos Deputados, do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 3.716/2026, de autoria do deputado Arnaldo Jardim, que altera a Lei nº 15.269/2025 e transfere parte do custo do armazenamento das geradoras para os consumidores. Segundo a advogada, caso o projeto seja aprovado após o leilão, haveria risco de judicialização e a necessidade de cancelar o certame e refazer as fases de precificação, já que as empresas precificaram com a regra atual. Ela defendeu ainda o fortalecimento dos órgãos de controle, diante do histórico de judicialização do LRCAP.
Fonte: Link

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA (MME)

• Brasil amplia o diálogo com o setor produtivo na Aliança Global para Biocombustíveis

Missão da organização ao país reuniu o governo e dezoito instituições da indústria para discutir a governança e a participação brasileira na agenda internacional

O MME avançou nas articulações com a Aliança Global para Biocombustíveis (GBA), em agendas voltadas ao estabelecimento da governança da organização e à ampliação da participação do setor produtivo. A programação contou com a visita oficial de Josh Wycliffe, diretor de Advocacy e Comunicação da GBA, e tratou da formalização da governança, das diretrizes estratégicas e do planejamento das próximas atividades, incluindo a preparação para a COP31, na Turquia. Em agosto de 2026, o Brasil assumiu, ao lado da Índia, a copresidência do Conselho da GBA, representado pelo secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Renato Dutra.

Ainda, a visita incluiu agenda com representantes de dezoito instituições da indústria nacional que se candidataram ao Conselho Consultivo da Indústria, instância destinada a organizar as contribuições do setor privado às discussões técnicas e estratégicas da aliança, preservada a autoridade dos países-membros nas decisões. Para Renato Dutra, a aproximação com o setor produtivo é fundamental para ampliar a cooperação internacional e fortalecer a agenda dos biocombustíveis, uma vez que o Brasil reúne experiência, capacidade produtiva e conhecimento tecnológico que o colocam em posição de destaque na transição energética, com potencial para mobilizar investimentos e ampliar o intercâmbio de tecnologias.
Fonte: Link

• CMSE reforça a segurança do sistema elétrico diante do El Niño e avança no debate sobre flexibilidade

Colegiado destaca o armazenamento do SIN em 58% da capacidade e a continuidade das medidas preventivas de atendimento ao mercado

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) destacou, em 4 de novembro, a manutenção da segurança e da confiabilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) e avançou nas discussões sobre flexibilidade para acompanhar as transformações do setor. O colegiado ressaltou que as medidas preventivas adotadas vêm contribuindo para assegurar o abastecimento mesmo diante dos efeitos significativos do El Niño, cuja intensidade deve permanecer elevada nos próximos meses. Ao final de outubro, o armazenamento do SIN alcançou 58% da capacidade máxima, oito pontos percentuais acima do registrado no mesmo período de 2025, enquanto a robustez da Rede Básica atingiu 95,5%.

Assim, a Empresa de Pesquisa Energética apresentou avanços no estudo sobre métricas de mensuração da flexibilidade do SIN, desenvolvido diante da crescente participação de fontes renováveis variáveis e das mudanças no perfil da carga líquida, enquanto o CMSE determinou a ampliação do debate sobre a metodologia com as instituições do setor e, posteriormente, com os agentes por meio de consulta pública. Além disso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico sinalizou o início do período chuvoso no Sudeste e no Centro-Oeste e recomendou a postergação da operação excepcional do reservatório da Usina de Belo Monte, diante da precipitação abaixo da média na região Norte, onde o período chuvoso ainda não se caracterizou.

Fonte: Link

• **MME volta a cobrar a participação da ANEEL nas reuniões sobre o futuro da concessão da Enel SP**

Ministério articula com a agência, por determinação do TCU, o cronograma para garantir a continuidade da distribuição após o fim do contrato em 2028

O MME voltou a cobrar da ANEEL a indicação de um representante para participar dos trabalhos conjuntos sobre o futuro da concessão da Enel São Paulo. Em novo ofício enviado ao diretor-geral da agência, a Secretária de Transição Energética e Planejamento, Mariana Espécie, informou que a pasta já realizou duas reuniões sobre o tema sem a participação da Agência, apesar dos convites. Assim, a articulação atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União, que fixou prazo de 60 dias para que MME e ANEEL apresentem conjuntamente um cronograma das medidas para garantir a continuidade da distribuição após o encerramento do atual contrato, em junho de 2028.

Segundo o ministério, as reuniões permitiram avançar na elaboração do cronograma, cujo prazo de encaminhamento ao TCU termina em 27 de novembro, e o próximo encontro estava previsto para 6 de novembro, com novo convite à agência. Desse modo, destaca-se que a medida não significa necessariamente que o contrato será encerrado sem renovação, mas busca assegurar a prestação adequada do serviço ao consumidor. A discussão ocorre paralelamente ao processo administrativo que pode resultar na recomendação de caducidade da concessão, cuja deliberação foi iniciada pela diretoria da ANEEL em 6 de outubro e interrompida por pedido de vista do diretor Gentil Nogueira.

Fonte: Link

FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175

Assinado de forma digital por FERNANDA CRISTINNE ROCHA DE PAULA:01117993175
Dados: 2026.11.06 11:24:08 -03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA
Representada por sua Sócia
OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO
Estagiária de Direito